Despacho (extracto) n.º 20 592/2007

Sandra Cristina Pinheiro da Silva Pires Moreira da Silva, auxiliar de acção médica do quadro de pessoal do Centro Hospitalar de Lisboa, foi transferida, por meu despacho de 29 de Dezembro de 2006, no uso de competência delegada, para o quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, com efeitos a 5 de Setembro de 2006, ficando exonerada do lugar de origem a partir da mesma data. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

25 de Junho de 2007. — A Subdirectora-Geral, *Julietta Nunes*.

Rectificação n.º 1473/2007

Por ter havido inexactidão no despacho n.º 10 507/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 107, de 4 de Junho de 2007, a p. 15 086, onde se lê «Carina Maria Rosa Américo Baptista» deve ler-se «Carina Maria Rosa Américo».

20 de Junho de 2007. — A Subdirectora-Geral, *Julietta Nunes*.

Directoria Nacional da Polícia Judiciária

Aviso (extracto) n.º 16 692/2007

Concurso externo de ingresso para provimento de um lugar de especialista superior estagiário, área de tradução/línguas inglesa e alemã (Directoria Nacional/Lisboa)

Para os devidos efeitos publica-se que para o lugar da 2.ª vogal suplente do júri do concurso externo para admissão de um especialista superior estagiário, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 43, de 1 de Março de 2007, em substituição da licenciada Lieve Josef Cecília Van Loock, especialista superior, escalão 4, que pediu escusa, foi nomeada a licenciada Carla Maria Pereira Brito, especialista superior, escalão 3.

23 de Agosto de 2007. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Domingos Baptista*.

Despacho (extracto) n.º 20 593/2007

Por despacho de 8 de Maio de 2007 do director nacional-adjunto da Polícia Judiciária, Dr. Baltazar Pinto, após parecer favorável da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça e consulta à BEP, Ana Sofia Rodrigues Oliveira Caldeira, especialista auxiliar de escalão 3 do qua-

dro da Polícia Judiciária, foi reclassificada na categoria de especialista-adjunto de escalão 1 do quadro da mesma Polícia, nos termos do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Agosto de 2007. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Domingos António Simões Baptista*.

Despacho (extracto) n.º 20 594/2007

Por despacho de 21 de Agosto de 2007 do director nacional-adjunto da Polícia Judiciária, Dr. Baltazar Pinto, foi António José da Costa Nascimento, operário principal qualificado do escalão 2 do quadro da Polícia Judiciária, reclassificado na categoria de operário principal altamente qualificado de escalão 1 do quadro da mesma Polícia, com efeitos a 1 de Agosto de 2007, ficando sem efeito o despacho de 8 de Maio de 2007, do mesmo dirigente, na parte respeitante ao funcionário em causa.

23 de Agosto de 2007. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Domingos António Simões Baptista*.

Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.

Aviso n.º 16 693/2007

Foi anulado o concurso para provimento interino do lugar de Conservador do Registo Civil de Odemira (2.ª classe), aberto pelo aviso n.º 13 088/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 139, de 20 de Julho de 2007, por se terem alterado os pressupostos que determinaram a sua abertura.

22 de Julho de 2007. — A Vice-Presidente, *Maria Celeste Ramos*.

Aviso (extracto) n.º 16 694/2007

No seguimento do processo de privatização do notariado concretizado pelo Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de Fevereiro, os funcionários dos cartórios notariais foram integrados em quadros de pessoal paralelos dos respectivos municípios, nos termos do n.º 1 do artigo 109.º, sendo afectos a serviços externos dos registos por aplicação do disposto no n.º 4 do mesmo preceito ou ficando na situação de licença sem vencimento para os que optaram pela privatização, ao abrigo do n.º 4 do artigo 107.º ou do n.º 2 do artigo 108.º Assim, publica-se a lista nominativa dos funcionários que optaram pelo regime privado, pertencentes a cartórios notariais privatizados antes da sua opção ou ainda não privatizados:

Serviço de origem	Quadro de pessoal paralelo do município (n.º 1 do artigo 109.º)	Funcionário	Categoria	Optou pela privatização em
Cartório Notarial de Baixa da Banheira (privatizado em 31 de Maio de 2007).	Moita	Maria Teresa Castro Oliveira Boga Silva Moniz.	Segundo-ajudante	(a) 11 de Junho de 2007.
CPN Pampilhosa Serra (cartório ainda não privatizado).	Pampilhosa da Serra	Rui Miguel Martins Nunes.	Segundo-ajudante	(a) 11 de Março de 2006.

(a) Licença sem vencimento, por aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 108.º

20 de Agosto de 2007. — A Vice-Presidente, *Maria Celeste Ramos*.

Aviso n.º 16 695/2007

1 — Nos termos dos artigos 64.º, 65.º e 68.º do Regulamento, aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 55/80, de 8 de Outubro, declara-se aberto concurso, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, para provimento dos lugares de conservador e notário abaixo indicados.

2 — Menção a que se refere o despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março:

«Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação».

3 — Constituem requisitos de admissão:

3.1 — Para lugares de 1.ª classe — ser conservador ou notário e pertencer ou ter pertencido ao quadro da espécie do lugar, desde que nela estejam classificados, pelo menos, de *Bom*.

3.2 — Para lugares de 2.ª e 3.ª classes — ser conservador ou notário, ou possuir concurso de habilitação para ingresso na carreira de conservador e notário, dentro do respectivo prazo de validade.

4 — O concurso rege-se pelas disposições pertinentes do Regulamento acima citado, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 92/90, de 17 de Março, alterado pela Decreto-Lei n.º 206/97, de 12 de Agosto.

5 — Os interessados deverão formalizar a sua candidatura mediante um só requerimento, dirigido ao presidente do Instituto dos Registos e do Notariado, Praça de Francisco Sá Carneiro, 13, apartado 9924, 1911-701 Lisboa, com indicação da respectiva identificação, categoria funcional, classe pessoal e classificação de serviço.

5.1 — Os candidatos a que se refere o n.º 3.2 deverão indicar a classificação (e graduação, se for caso disso) e a data de conclusão do concurso de habilitação, bem como a classificação e data da licenciatura.

6 — Os concorrentes que se habilitem a mais do que um lugar deverão indicar no respectivo requerimento a ordem de preferência no provimento.

Conservador do Registo Civil:

Almada, interino — 1.ª classe.